



II Semana da Demografia

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CAMPINAS E O PAPEL DAS OCUPAÇÕES: O CASO DO JARDIM MONTE CRISTO E PARQUE OZIEL¹

Amanda Safira

RESUMO

O presente artigo, fundamentado em conceitos e debates sociológicos e demográficos, propõe uma análise do fenômeno das ocupações no processo de produção do espaço urbano em Campinas-SP, utilizando como estudo de caso a Ocupação do Parque Oziel e Jardim Monte Cristo. A irregularidade inicial e os conflitos habitacionais desse loteamento contribuíram para a formação de uma identidade segregada em relação ao restante do município, expondo a realidade da segmentação social da população referida e a desigualdade presente nos indicadores das variáveis trabalhadas. A partir disso, identificou-se uma população vulnerável com baixos salários, concentrando a renda domiciliar e do responsável abaixo de dois salários mínimos, além do enfrentamento de grandes dificuldades no acesso aos serviços públicos, como o saneamento básico. Também se observa uma predominância da população parda na Ocupação, enquanto na totalidade do município de Campinas há predominância da população branca, alimentando a discussão sobre o racismo estrutural e sua relação com as desigualdades socioeconômicas (Almeida, 2019). Para isto, o estudo explorou as características sócio-demográficas da Ocupação por meio dos resultados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010). A análise dos dados revelou a compreensão da Ocupação como a expressão das relações sociais díspares, reproduzindo desigualdades entre os segmentos sociais, decorrentes de mecanismos de exclusão social que influenciam na organização espacial e nos diversos usos do solo, conforme discutido por Nascimento (2013). Desse modo, manifesta-se a necessidade de um enfoque sobre o processo de produção urbana e as ocupações para que se haja maior lucidez quanto às segmentações sociais presente nos municípios, promovendo um olhar mais atento a este fenômeno e instigando reflexões sobre políticas públicas que atendam essa demanda. Além disso, há grande necessidade de novas pesquisas sobre o tema urbano, devido à relevância da temática para as questões sociais, habitacionais e de direito à cidade, necessitando-se do enfoque acadêmico sobre as habitações destinadas às populações de baixa renda e a construção de uma “cidade à parte” (Bacelar, 2020) que atravessa os limites espaciais.

Palavras-chave: Espaço urbano; Ocupação; Campinas.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se concentra em uma revisão bibliográfica sobre a produção do espaço urbano, com ênfase, sempre que possível, no município de Campinas-SP. Este enfoque visa estabelecer uma base sólida de conhecimento para a compreensão do fenômeno das

¹ Trabalho apresentado na II Semana da Demografia da Universidade Estadual de Campinas, evento que ocorreu entre os dias 22 e 26 de abril de 2024.

ocupações populares que afetam o referido município. Como estudo de caso, a Ocupação do Parque Oziel e Jardim Monte Cristo foi selecionada devido à sua condição de ser um dos mais clássicos exemplos de ocupações observadas no município e as várias etapas pelas quais passou até a sua consolidação e regularização. Para tanto, além da revisão bibliográfica, também se fez um esforço de utilizar dados do Censo Demográfico de 2010, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com as observações da pesquisadora Maria Conceição Silvério Pires (2007) a qual, atualmente, ocupa posição na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de Campinas, a industrialização dos anos 1970 na cidade desencadeou transformações significativas na organização do espaço urbano, com um considerável investimento em loteamentos, muitos dos quais permaneceram subutilizados. Paralelamente, a industrialização gerou um intenso fluxo de migrantes na cidade, representando a busca de melhores condições de vida e emprego por famílias e indivíduos. Contudo, com poucas oportunidades de acesso à terra por meio do mercado formal devido à crescente especulação imobiliária, muitos migrantes buscaram alternativas. Como resultado, uma grande parte dessa população se viu compelida a ocupar vazios urbanos no município, como foi o caso da formação do Parque Oziel e Jardim Monte Cristo, resultando em ocupações irregulares, dispersas e periféricas, com infraestrutura precária de serviços e acessibilidade.

Os autores Villaça (2000) e Nascimento (2013) abordam, em suas respectivas obras, a relação entre desigualdades socioeconômicas e habitacionais. Ambos argumentam que a configuração de classe e de grupo social no plano econômico capitalista vigente atua como força para a configuração espacial urbana, reproduzindo o cenário hierarquizado e estratificado da população, desempenhando, portanto, um papel determinante na organização do espaço urbano. Nesse sentido, as disparidades socioespaciais refletem um modelo de desenvolvimento que promove a exclusão, resultando em desigualdades socioespaciais manifestadas por privações e carências.

A partir dessa análise, emerge um panorama de segregação socioespacial, o qual as restrições de acesso a serviços e infraestrutura transcendem questões territoriais e contribuem para a formação de uma “Cidade à parte” (Bacelar, 2020) dentro do município. Essa realidade influencia na formação de diferentes formas de habitações, como as ocupações. O autor Pedro Abramo (2007), em sua tese sobre a cidade COM-FUSA, argumenta a existência de uma cidade formal e outra informal que compartilham do mesmo espaço de maneiras distintas. Esse conceito de cidade compacta e difusa, simultaneamente, demonstra a coexistência de uma estrutura social composta por segmentos heterogêneos no município.

A cidade informal, caracterizada pelo processo de favelização, constitui-se através da lógica da necessidade, onde a ocupação do solo se apresenta por meio do mercado informal de terras, o qual representa a principal forma de acesso ao espaço urbano para grupos sociais mais vulneráveis. Isso ocorre em áreas segregadas socioespacialmente devido à escassez de infraestrutura, serviços. A pesquisa atual tratou em estabelecer, por meio da análise dos dados disponibilizados pelo Censo Demográfico de 2010 do IBGE, mesmo que de forma muito aproximada e geral², o perfil da população da ocupação do Parque Oziel e Jardim Monte Cristo. A partir disso, busca-se identificar variáveis que revelem a segregação existente no acesso da população a recursos, complementando a teoria da exclusão de Nascimento (2013), a qual compreende o espaço como a expressão de relações sociais díspares, que consiste numa reprodução das relações de desigualdade dos segmentos sociais, causados por meio de mecanismos de exclusão social que influenciam na organização espacial e nos diferentes usos do solo, como o caso das ocupações populares – estudo de caso do presente trabalho.

MÉTODOS

A pesquisa representa a primeira incursão da estudante no campo da produção do espaço urbano e no fenômeno das ocupações, com ênfase nas características sociodemográficas, por meio da utilização de variáveis fornecidas pelo Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em colaboração com o orientador do projeto o cronograma foi concebido para estabelecer uma base teórica sólida que permitisse à pesquisadora conduzir uma análise aprofundada sobre a questão em foco.

A primeira metade do projeto se dedicou ao levantamento bibliográfico e à leitura crítica de obras de autores, os quais têm contribuído para a compreensão da questão em pauta, entre eles, Maricato (1996); Villaça (2000); Abramo (2007); Nascimento (2013) e Cunha (2019). A segunda metade da pesquisa foi destinada ao levantamento de dados censitários e ao uso do software SPSS, uma ferramenta essencial para a análise das variáveis demográficas de interesse. A partir disso, foram selecionadas variáveis para o levantamento de um perfil socioeconômico e infraestrutural da Ocupação do Parque Oziel e Jardim Monte Cristo, com o objetivo de retratar a realidade segregacionista da área. Essas variáveis foram obtidas a partir

² Deve-se notar que os dados aqui utilizados do Censo Demográfico se referem aos levantados no boletim de coleta do Universo que, portanto, não apresenta a riqueza dos dados censitários levantados com o boletim da amostra. De qualquer forma, foi a maneira que se encontrou de melhor delimitar a região de estudo com os dados disponíveis.

do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, especificamente do recorte dos Aglomerados Subnormais, que foram introduzidos pela primeira vez naquele ano. As variáveis abordadas no estudo incluíram informações sobre raça/cor, idade, gênero, renda dos domicílios, renda da pessoa responsável, responsáveis pelo domicílio (total, homens e mulheres), bem como dados gerais sobre os domicílios e o entorno.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa foram realizados a partir da revisão bibliográfica somada ao levantamento de dados censitários durante a vigência do projeto. As informações avaliadas revelam variáveis de segregação na Ocupação do Parque Oziel e Jardim Monte Cristo quando contrastadas com o contexto total do município de Campinas-SP. Esses dados foram extraídos do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e englobam informações relativas aos aglomerados subnormais.

A autora Suyanne Bacelar (2020), em sua tese de mestrado, discute o uso do termo “aglomerados subnormais” como uma proxy para favelas. Com base em sua leitura da obra de Pasternak, ela justifica a adoção desse termo para se referir a habitações não regularizadas com altos níveis de carências e dificuldades de acesso, similar ao conceito de favelização proposto por Abramo (2007). É importante observar que a adoção deste termo pelo IBGE, para fins de coleta de dados em setores censitários, pode ser controversa, uma vez que ela tende a generalizar características distintas de diferentes tipos de habitações.

Apresentada esta ressalva, a pesquisa se baseia nas informações censitárias desse segmento geográfico para sua análise.

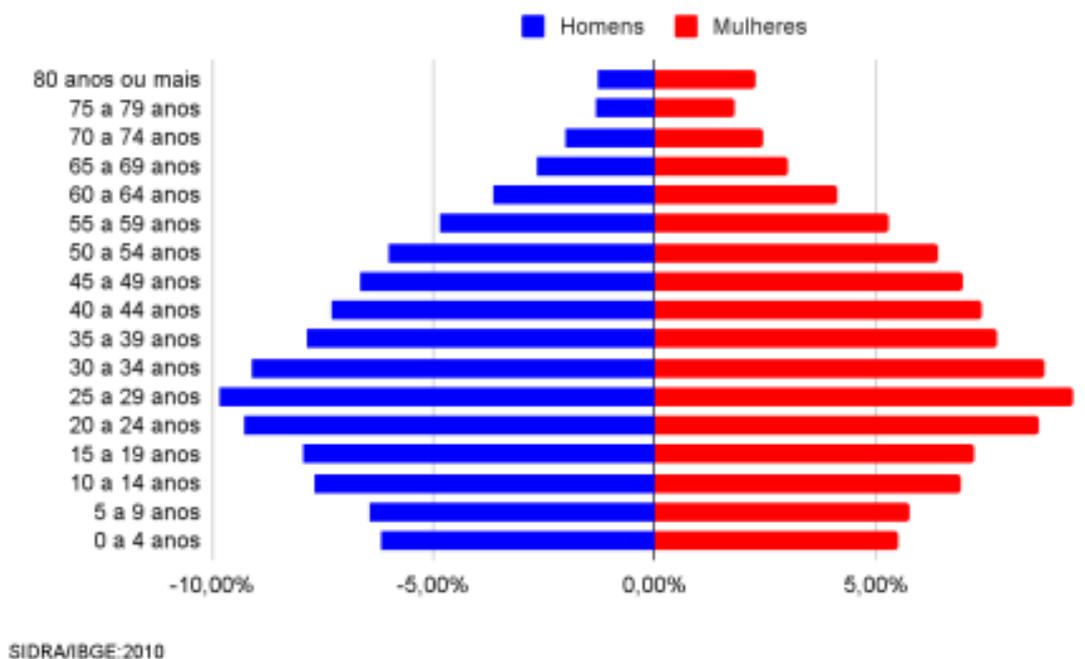
A partir dos dados censitários levantados, foram elaboradas pirâmides etárias para o município de Campinas e para sua Ocupação do Parque Oziel e Jardim Monte Cristo. A pirâmide etária desempenha um papel fundamental na análise demográfica, pois oferece não apenas uma representação visual das faixas etárias da população local, mas pode sugerir outros elementos subjacentes como, por exemplo, a existência de migração ou mesmo determinadas composições familiares predominantes na população. Nesse sentido, ela possibilita a análise de indicadores, como envelhecimento populacional e expectativa de vida, concentração da população em idade ativa (PIA), e até mesmo indicações sobre natalidade e fecundidade. É importante mencionar que o formato da pirâmide pode indicar o estágio de desenvolvimento do local, de acordo com a Teoria de Transição Demográfica, a qual defende que quanto mais próximo da figura real de uma pirâmide menor o estágio no processo de transição demográfica.

Ao examinar a Figura 1 – Pirâmide Etária de Campinas observa-se uma ampla distribuição na parte superior, com altos percentuais para o sexo feminino, sugerindo uma maior longevidade destas, especialmente entre a população idosa do município, predominantemente composta por mulheres. Esse resultado pode ser atribuído a uma série de fatores não abordados nesta pesquisa, como a tendência das mulheres em buscar cuidados médicos com maior frequência e se envolver em menos riscos à saúde, dentre outros aspectos.

A porção intermediária da pirâmide se apresenta de forma alargada, indicando uma concentração máxima da população na faixa etária de 20 a 34 anos, tanto para homens quanto para mulheres. Esse grupo faz parte da população em idade ativa (PIA) da cidade de Campinas, proporcionando insights preliminares sobre a economia local e, principalmente, sobre a renda, cujos dados serão apresentados posteriormente nos resultados.

Além disso, é perceptível um estreitamento na base da pirâmide, indicando um envelhecimento populacional, ou seja, uma população cada vez mais envelhecida para o futuro. Esse aspecto poderia ser objeto de comparação com os dados censitários de 2020/2022, ainda não disponíveis, devido ao atraso na publicação, e, portanto, não utilizados nesta pesquisa.

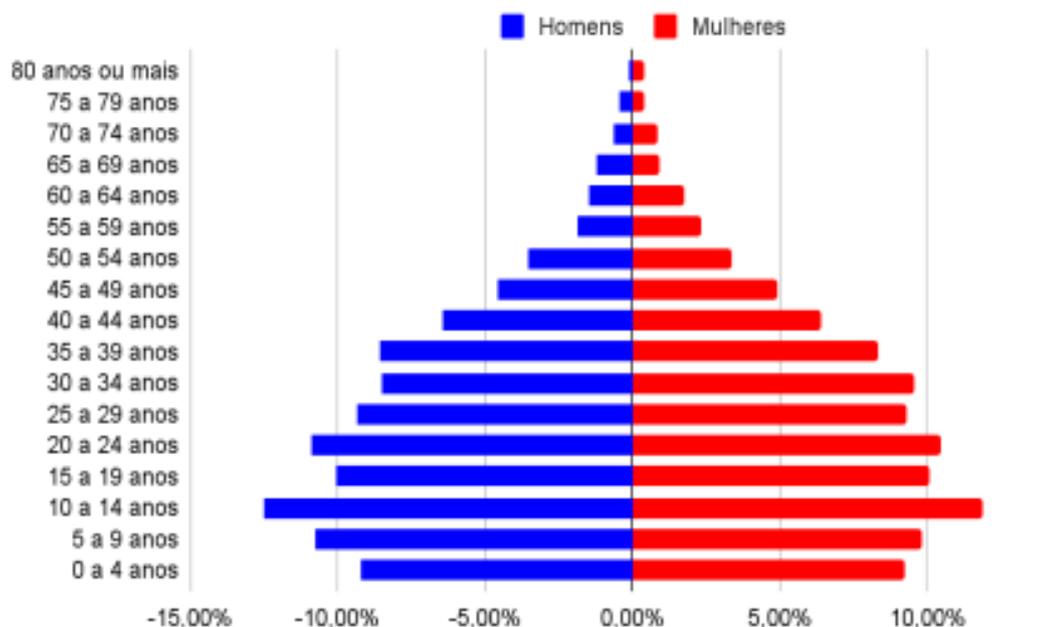
FIGURA 1 – Município de Campinas, 2010: pirâmide etária da população residente



A Figura 1 apresentada anteriormente foi desenvolvida com o propósito de permitir comparações com a Figura 2, a qual representa a Pirâmide Etária da Ocupação Parque Oziel e Jardim Monte Cristo. Essa proposta comparativa visa estabelecer um perfil sociodemográfico da Ocupação em relação ao município onde está situada, ou seja, Campinas-SP. Ao observar a Figura 2, é notável que a pirâmide etária apresentou uma forma mais próxima à representação clássica do formato de uma pirâmide, em contraste com a estrutura da pirâmide de Campinas. Nessa análise, destaca-se a presença de uma baixa porcentagem nas faixas etárias mais avançadas, o que sugere não apenas uma maior fecundidade das mulheres que vivem nessa ocupação, como a existência de famílias em maior proporção no começo de seus ciclos vitais e, claro, o fato desse assentamento ter se constituído apenas nos anos 1970. De qualquer forma, conclusões mais robustas dependeriam de análise mais detalhadas que não serão possíveis nesse estudo preliminar.

A presença expressiva de uma população jovem é notável na ocupação em questão, sendo que grande parte da população residente está inserida na faixa etária correspondente à população economicamente ativa (PIA). Como já sugerido, esses elementos indicam a presença de um perfil familiar característico na ocupação do Parque Oziel e Jardim Monte Cristo, o que se reflete no percentual de mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos) e na elevada proporção de crianças na pirâmide.

FIGURA 2 – Parque Oziel e Jardim Monte Cristo, 2010: pirâmide etária da população residente



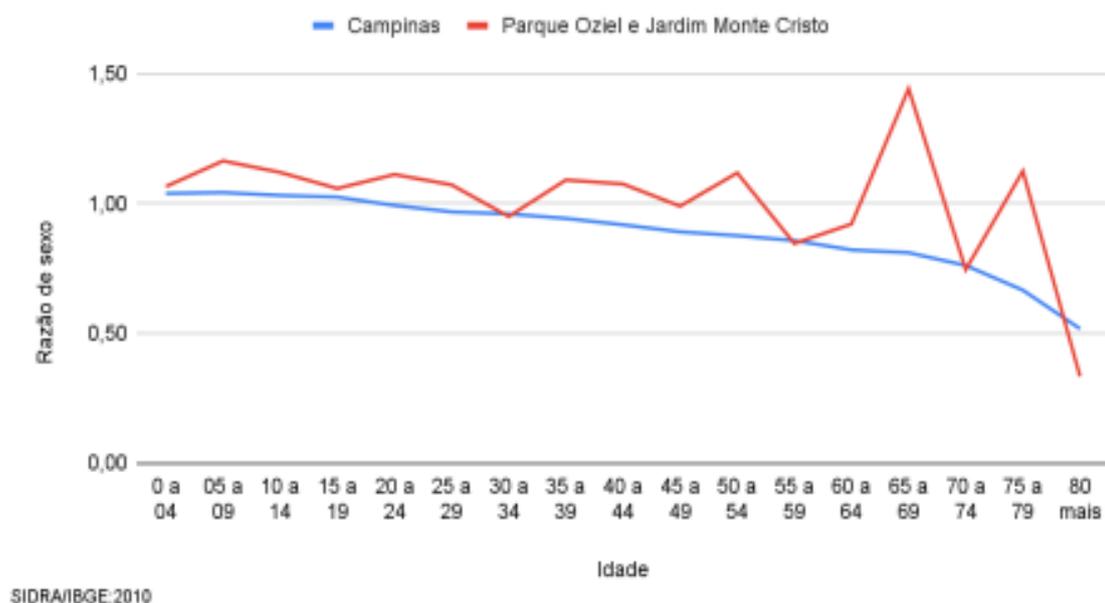
SIDRA/IBGE: 2010

Ambas as pirâmides etárias revelaram uma significativa predominância do sexo feminino, o que suscitou a necessidade de investigar a razão de sexo em ambos os territórios. A construção do gráfico de razão de sexo evidencia que Campinas apresenta um padrão de comportamento previsível e consistente³.

No entanto, a linha vermelha, que representa a Ocupação Parque Oziel e Jardim Monte Cristo, exibe uma preponderância numérica do sexo masculino na região. Este resultado é notável pela sua não conformidade com o padrão observado em Campinas. Portanto, é sugerido que outras variáveis, como a migração, podem estar exercendo influência sobre esse comportamento, resultando em uma instabilidade na proporção de sexos em termos percentuais.

FIGURA 3 – Campinas, Parque Oziel e Jardim Monte Cristo, 2010: razão de sexo da população residente

³ De fato, numa população sem grandes ocorrências de migração ou qualquer tipo de catástrofe (como uma guerra) o comportamento da razão de sexo deveria ser monotonicamente decrescente a partir de valores maiores que 1 nas primeiras idades (nascem mais homens que mulheres) e valores cada vez menores à medida em que se avança na idade por conta da maior longevidade das mulheres.



Complementando, a análise da razão de sexo na Ocupação Parque Oziel e Jardim Monte Cristo pode ser interpretada à luz de diversos fatores que contribuem para a variação desse indicador. A preponderância masculina na ocupação sugere a possibilidade de influências externas, como a migração de trabalhadores em busca de oportunidades de emprego na região – derivado pelo alto fluxo migratório da população nos aglomerados subnormais de Campinas, SP, como constatado por Bacelar e Cunha (2019) – ou outras dinâmicas sociais e econômicas específicas desse território. Além disso, questões culturais e sociais podem estar desempenhando um papel na composição demográfica da Ocupação. Portanto, a análise da razão de sexo oferece uma visão complexa das dinâmicas populacionais na área de estudo, apontando para a necessidade de investigações mais detalhadas para compreender totalmente os fatores subjacentes a essa discrepância na distribuição por sexo.

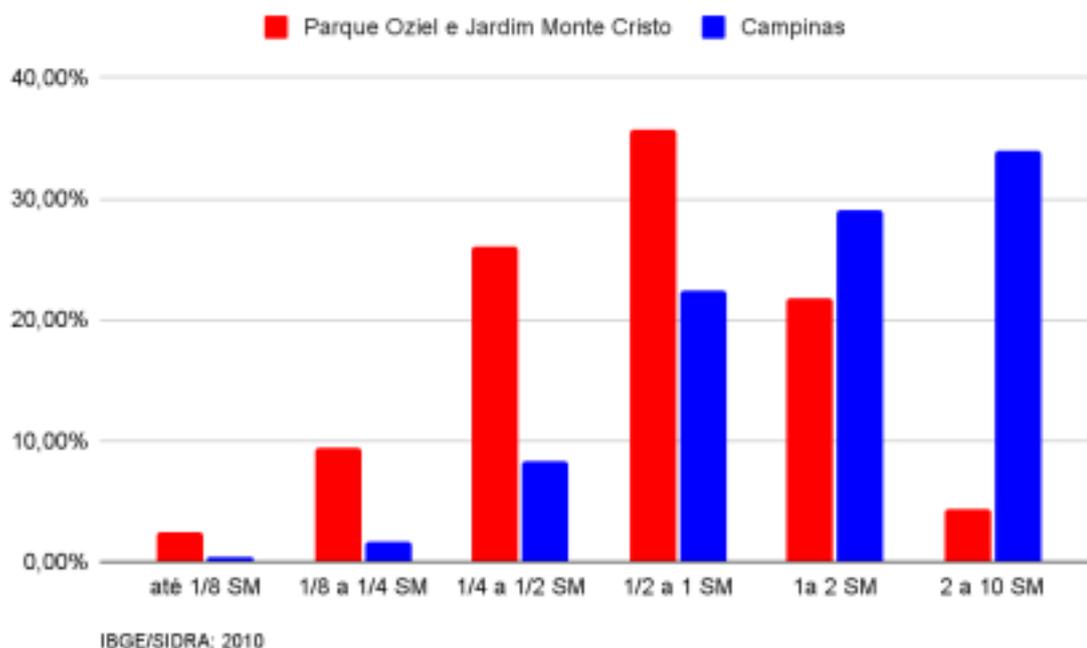
Para analisar um cenário caracterizado pela segregação socioeconômica, torna-se de extrema relevância para a pesquisa considerar a dimensão econômica, uma vez que a variável renda desempenha um papel fundamental no acesso aos serviços disponíveis no município e na integração social na cidade. O estigma social associado às populações de baixa renda é notadamente acentuado e transcende as fronteiras territoriais, como sustentados por Lima (2013), compreendendo-o como um indicativo para juízos de valores morais.

Dessa forma, o levantamento das informações relativas à distribuição percentual dos domicílios de acordo com a renda em salários mínimos (SM) torna-se uma etapa de extrema

relevância para a pesquisa, permitindo uma compreensão mais aprofundada das discrepâncias de acesso proporcionadas pelo poder econômico.

A Figura 4, que apresenta a Distribuição Percentual dos Domicílios segundo a Renda por Salário Mínimo (SM), destaca, como seria de se esperar, uma significativa disparidade entre a Ocupação Parque Oziel e Jardim Monte Cristo e o padrão observado no município de Campinas-SP. No segmento correspondente a até um salário mínimo (SM), a Ocupação registra um percentual substancialmente superior em comparação com Campinas-SP. No entanto, a partir de um salário mínimo, Campinas assume a liderança em termos percentuais, conforme evidenciado na faixa de renda de 2 a 10 salários mínimos (SM), na qual Campinas abriga 34,02% de sua população com essa renda, enquanto a Ocupação Parque Oziel e Jardim Monte Cristo registra apenas 4,42% de sua população. Os dados relativos à renda domiciliar coletados indicam que o conjunto da população do município possui um poder econômico significativamente maior do que a média percentual da população residente na ocupação. Essa disparidade ressalta a complexidade das diferenças socioeconômicas entre esses dois territórios.

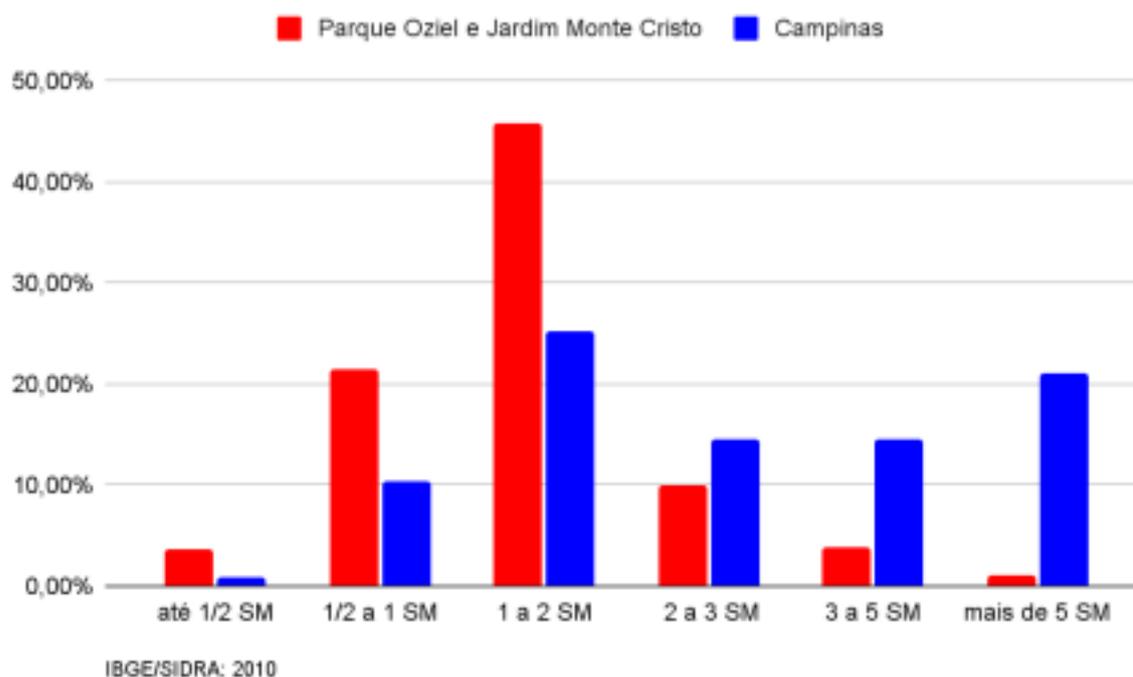
FIGURA 4 – Campinas, Parque Oziel e Jardim Monte Cristo, 2010: distribuição percentual dos domicílios segundo renda por salário mínimo (SM)



No contexto desta análise, a renda do responsável pelo domicílio foi examinada através da Figura 5, que representa a Distribuição Percentual do Responsável pelo Domicílio de acordo com a Renda em Salários Mínimos (SM). Os resultados apresentados na Figura 4 refletem semelhanças com os obtidos na Figura 4. De maneira geral, a ocupação do Parque Oziel e Jardim Monte Cristo mantém percentagens significativas nas faixas de renda mais baixas, permanecendo elevada até a faixa de 2 salários mínimos (SM).

Na faixa de 1 a 2 SM, a Ocupação Parque Oziel e Jardim Monte Cristo abriga praticamente a metade de sua população responsável pelo domicílio, correspondendo a 45,91%, enquanto Campinas registra 25,24% nessa mesma faixa de renda. Acima de 5 salários mínimos (SM), o município de Campinas mantém uma percentagem próxima de 21,12%, enquanto a ocupação apresenta percentagens mínimas, abaixo de 1%. Essa análise ressalta a marcante disparidade econômica entre os territórios em questão, o que, entre outros aspectos, acaba por impactar na heterogeneidade do acesso a serviços essenciais, como cultura, transporte, saúde e educação, que, em grande parte, dependem do capital disponível e do poder aquisitivo, reflexo da lógica capitalista enraizada nas dinâmicas sociais contemporâneas, a qual permeia as relações sociais vigentes atuais.

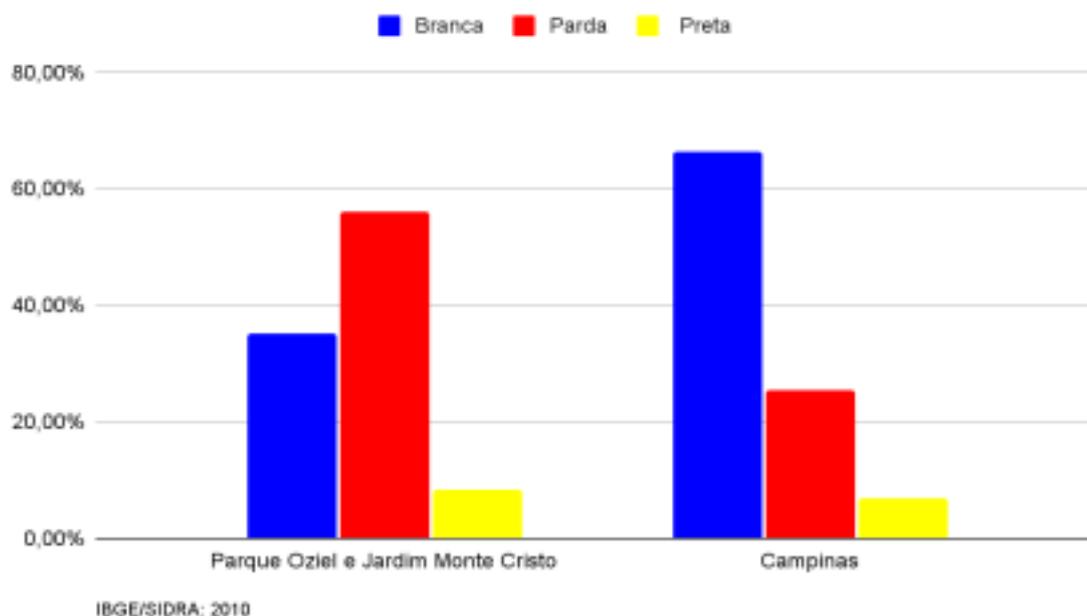
FIGURA 5 – Campinas, Parque Oziel e Jardim Monte Cristo, 2010: distribuição percentual do responsável pelo domicílio segundo renda por salário mínimo (SM)



Dado o comportamento semelhante entre os dados de renda domiciliar e do responsável pelo domicílio nas Figuras 4 e 5, respectivamente, pode-se inferir que a renda do responsável pelo domicílio constitui, essencialmente, a principal – em alguns casos, a única – fonte de renda familiar. Ou seja, este apontamento sugere um possível cenário de grande dependência familiar em relação à renda do responsável pelo domicílio, o que resulta na similaridade entre as Figuras 4 e 5.

A dimensão racial também assume significativa importância na condução de uma análise aprofundada do perfil sociodemográfico da população. Ao examinarmos a composição étnico-racial da população em ambos os territórios, observa-se uma concentração percentual mais elevada da população autodeclarada parda na Ocupação Parque Oziel e Jardim Monte Cristo, correspondendo a 56%, em contraste com a proporção de pardos em Campinas, que é de 25,43%. Por outro lado, verifica-se uma diferença notável e inversa no que se refere à população autodeclarada branca: a Ocupação registra uma taxa de apenas 35,04% de indivíduos brancos, em comparação com 66,34% de brancos no município. A população negra mantém uma composição semelhante em ambos os cenários, representando uma parcela menor do que 10% da população total. Esses dados demográficos ressaltam as distinções étnico-raciais entre os territórios analisados e a totalidade da população campineira, o que contribui para a compreensão das dinâmicas sociais subjacentes à segregação observada.

FIGURA 6 – Campinas, Parque Oziel e Jardim Monte Cristo, 2010: distribuição percentual da população segundo autodeclaração racial



A análise da relação entre racismo, baixa renda e segregação social pode ser enriquecida com as contribuições do pesquisador e atual ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania – Silvio Almeida (2019). De acordo com Almeida, o racismo estrutural no Brasil está correlacionado às desigualdades sociais e econômicas. Ele argumenta que a segregação racial está intrinsecamente ligada à segregação socioeconômica, sendo o racismo um fator determinante na limitação do acesso da população negra aos serviços, recursos e oportunidades.

Nesse contexto, os dados apresentados, que demonstram uma concentração maior de pessoas pardas na ocupação em relação à população de Campinas, são indicativos das desigualdades étnico-raciais que permeiam a sociedade. A presença significativamente maior de brancos em Campinas, em contraposição à ocupação, também reflete a segregação racial, uma vez que a população negra é historicamente desfavorecida no acesso a recursos econômicos, educacionais e de saúde.

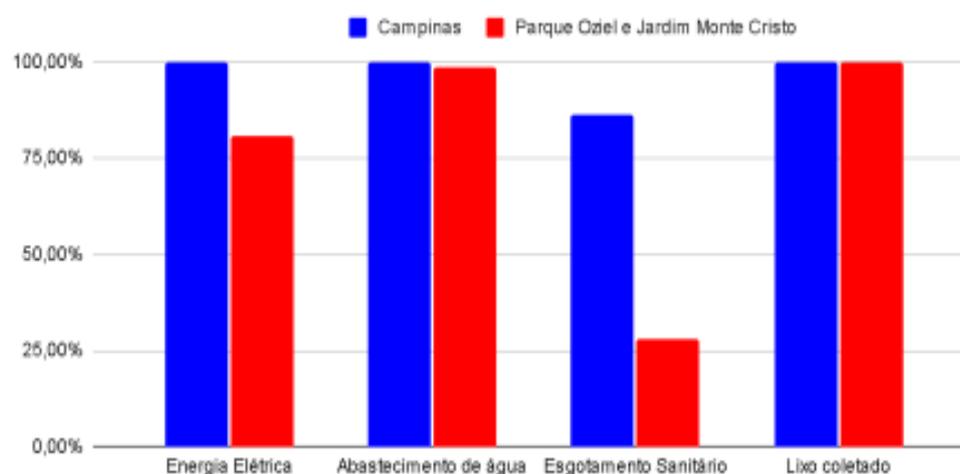
Portanto, a relação entre racismo, baixa renda e segregação social se manifesta claramente nos dados analisados, corroborando a argumentação de Silvio Almeida de que o racismo estrutural está intrinsecamente ligado na perpetuação das desigualdades socioeconômicas no Brasil. É importante ressaltar que infelizmente a presente pesquisa não explorou de forma aprofundada a questão étnico-racial, devido à proposta inicial de realizar um panorama geral do perfil sociodemográfico da população, considerando outras variáveis, porém, resalto a necessidade de aprofundar-se na compreensão da questão levantada para a

formulação de políticas públicas que busquem a redução das desigualdades raciais e socioeconômicas no município.

Por fim, os dados relativos ao entorno do município e da Ocupação, apresentados na Figura 6 – Presença de Serviços Públicos no Entorno, revelam a infraestrutura física das áreas em análise. Essa variável, sob a responsabilidade do governo municipal e de acordo com as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor da cidade, evidencia uma notável discrepância no acesso aos serviços públicos de esgotamento sanitário entre a Ocupação Popular Parque Oziel e Jardim Monte Cristo e o município como um todo. Apenas 28,11% da população da Ocupação possui acesso a esse serviço público, em comparação com os 86,19% da população municipal que desfrutam do esgotamento sanitário.

Essa disparidade sugere uma falta significativa de atenção por parte das autoridades públicas em relação às habitações informais, que já enfrentam diversos níveis de segregação socioespacial, ficando à margem dos benefícios urbanísticos concedidos pelo município. Isso reforça a necessidade de uma análise mais aprofundada das políticas públicas e da governança municipal, particularmente no que diz respeito à promoção da igualdade de acesso a serviços essenciais, independentemente da tipologia habitacional ou da localização territorial.

FIGURA 7 – Campinas, Parque Oziel e Jardim Monte Cristo, 2010: distribuição percentual de presença de serviços públicos no entorno



Fonte: IBGE/SIDRA 2010

Com base nos dados apresentados, oriundos do IBGE, torna-se evidente a relevância crítica do esgotamento sanitário como componente fundamental da infraestrutura urbana. O esgotamento sanitário desempenha um papel crucial na promoção da saúde pública, na preservação do meio ambiente e na melhoria da qualidade de vida das comunidades urbanas.

Portanto, a falta de acesso adequado a esse serviço representa não apenas uma questão de infraestrutura, mas também uma questão de justiça social e direitos humanos, que exige uma atenção significativa das autoridades municipais na busca por soluções que assegurem igualdade de acesso a serviços essenciais para todos os cidadãos, mesmo em terras do mercado informal e outras formas de habitações que fogem da lógica do mercado imobiliário formal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo a construção de um repertório bibliográfico da autora acerca da temática da produção do espaço urbano e da luta pela habitação, a qual permeia a cidade, sendo refletida na formação de assentamentos habitacionais populares que compartilham mutuamente o espaço urbano, constatando uma coexistência incompatível entre a cidade legal e a cidade real (Maricato, 1996). Esta heterogeneidade observada nos tipos de acesso à terra é, segundo Villaça (2000), a reprodução das disparidades das classes sociais, com a burguesia desempenhando um papel central no processo de dominação e apropriação do uso do solo, aliado ao Estado e às privatizações, que restringem o acesso das camadas populares ao direito habitacional. Dessa forma, a estrutura intra-urbana reflete o domínio das forças representativas das camadas de maior renda, as quais segregam a população mais vulnerável em várias camadas distintas.

A segregação espacial proporciona elementos consequentes desta separação física inicial, como a falta ou dificuldade de acesso da população vulnerável aos serviços da cidade, resultando, assim, em uma espécie de segregação compulsória dessa população. Outra forma de segregação é de natureza econômica, na qual ocorre a segmentação de oportunidades e do mercado de trabalho, perpetuando a condição de baixa renda e a falta de acesso a recursos financeiros, com poucas perspectivas de ascensão socioeconômica. Por fim, a segregação também se manifesta de maneira territorial, devido ao afastamento geográfico e às dificuldades de acesso à habitação, criando barreiras simbólicas na estrutura intra-urbana da cidade (Ribeiro, 2005).

Dado que a formação de assentamentos habitacionais populares, representados na pesquisa pelas ocupações populares, consiste, como mencionado anteriormente, na busca da população de baixa renda por alternativas de habitação que ultrapassam o mercado formal de terras (Bacelar; Cunha, 2019), e que são motivadas, portanto, pela lógica da necessidade (Abramo, 2007), é evidente que a disputa habitacional reflete a realidade da segmentação social da população e os diferentes acessos de cada grupo social. Nesse contexto, tornou-se necessário realizar uma análise do perfil sociodemográfico da Ocupação do Parque Oziel e Jardim Monte

Cristo em comparação com o perfil de Campinas, a fim de entender melhor as segmentações sociais mencionadas por Ribeiro (2005).

Assim, o levantamento de dados censitários a partir do Censo Demográfico de 2010 do IBGE forneceu indicadores do processo segregacionista que ocorre na Ocupação. Foi identificada uma interseção entre poder econômico, classe social, raça e acesso. Na Ocupação, encontra-se uma população vulnerável com baixos salários, concentrando a renda domiciliar e do responsável abaixo de dois salários mínimos, além de enfrentar grandes dificuldades no acesso aos serviços públicos, como o saneamento básico. Também se observa uma predominância da população parda na Ocupação, enquanto no município de Campinas há predominância da população branca, alimentando a discussão sobre o racismo estrutural e sua relação com as desigualdades socioeconômicas (Almeida, 2019). Essas variáveis, portanto, apresentam correlações, influenciando mutuamente e perpetuando a exclusão dessas camadas populares da cidade. A elaboração da pirâmide etária – Figura 1 e 2 – e o gráfico de razão de sexo – Figura 3 – foram essenciais para discutir a questão de gênero na Ocupação e obter informações sobre as composições familiares. Na Ocupação, em comparação com o município em questão, há uma predominância de homens, provavelmente devido a fatores migratórios, e uma proporção menor de pessoas idosas em comparação com Campinas. Quanto à estrutura familiar, a pirâmide rejuvenescida da Ocupação está ligada a uma maior proporção de famílias no início ou meio do ciclo vital.

É importante ressaltar que a análise de dados promove reflexões sobre o comportamento das variáveis, mas não reflete completamente a realidade local. Os dados censitários foram fundamentais para uma análise aprofundada da temática. Porém, a falta de disponibilidade de informações censitárias sobre o recorte de Aglomerados Subnormais em outros períodos, além do ano de 2010, resultou em uma pesquisa específica e focada em apenas um período, impossibilitando a realização de uma metodologia comparativa e de reconstrução histórica da Ocupação, prejudicando, assim, a análise voltada para a evolução dessa forma de ocupação, e, portanto, de seu processo de formação e transformação sociodemográfica.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. A cidade COM-FUSA: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Salvador, BA, v. 9, n. 2, p. 25-25, 2007.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo, SP: Jandaíra, 2019.

BACELAR, S. G. **Cidade à parte?: um estudo sobre a segregação socioespacial nos aglomerados subnormais do município de Campinas**. 2020. 121f. Dissertação (Mestrado em

Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2020.

BACELAR, S. G.; CUNHA, J. M. P. Moradia na favela: uma visão sociodemográfica dos aglomerados subnormais em Campinas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 18., 2019, Natal, RN. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ANPUR, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010.

LIMA, I. O. **Conjuntos habitacionais e segregação socioespacial: o distrito industrial de Campinas/SP (DIC)**. 2013. 143f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo, SP: Hucitec, 1996.

NASCIMENTO, E. **As desigualdades socioespaciais urbanas numa metrópole interiorana: uma análise da Região Metropolitana de Campinas (SP) a partir de indicadores de exclusão/inclusão social**. 2013. 243f. Tese (doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.

PIRES, M. C. S. **Morar na metrópole: expansão urbana e mercado imobiliário na Região Metropolitana de Campinas**. 2007. 178f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.

RIBEIRO, L. C. Q. Segregação residencial e segmentação social: o “efeito vizinhança” na reprodução da pobreza nas metrópoles brasileiras. **Cadernos MetrÓpole**, Perdizes, SP, n. 13, p. 47-70, 2005.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, SP: Studio Nobel, 2000.